
Vista área da TKCSA

Foto: Combate ao Racismo Ambiental

Cia. Siderúrgica do Atlântico causa problemas ambientais e de saúde à população de Santa Cruz (RJ)

DATA DE EDIÇÃO
16/04/2013

MUNICÍPIOS
RJ - Rio de Janeiro

LATITUDE
-22,5358

LONGITUDE
-43,4357

SÍNTESE

A Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) é o maior empreendimento siderúrgico da América Latina e ocupa uma área, doada pelo governo do estado do Rio de Janeiro, de 9 km² às margens da baía de Sepetiba, no distrito de Santa Cruz. Desde a sua implantação são divulgados relatos de irregularidades na baía de Sepetiba, como: dragagens, circulação de navios, destruição do manguezal, etc.

APRESENTAÇÃO DE CASO

Localizado na zona oeste carioca, o bairro de Santa Cruz é formado por áreas comerciais, residenciais e rurais. Mas a atividade econômica mais importante ali é a industrial. Em Santa Cruz e nas suas cercanias concentram-se diversas indústrias de grande porte, como a Casa da Moeda do Brasil, a Fábrica Carioca de Catalisadores, a Companhia Siderúrgica da Guanabara (Cosigua), a Valesul Alumínio S.A e a White Martins. A proximidade ao Porto de Sepetiba dá à região um caráter estratégico para o escoamento da produção do Distrito Industrial de Santa Cruz (VIÉGAS, 2011).

Em julho de 2010, uma nova indústria de grande porte começou a operar no Distrito Industrial de Santa Cruz: a ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), uma joint venture formada pela companhia alemã ThyssenKrupp Steel, que detém 73% das ações, e pela Vale, que desde 2009 ampliou sua participação para cerca de 27% do projeto. A TKCSA foi projetada para ser a maior siderúrgica da América Latina, com capacidade de produzir até 10 milhões de toneladas/ano de placas de aço semielaboradas para exportação (KATO; QUINTELA, 2009).

O megaprojeto ocupa uma área de 9 km², às margens da baía de Sepetiba. Trata-se de um conglomerado industrial siderúrgico-portuário, com capacidade para produzir 5,5 milhões de toneladas de placas de aço/ano destinadas à exportação (60% para os EUA e 40% para a Alemanha). O projeto contempla também uma usina termoelétrica com capacidade para gerar 490 MW de energia, um porto com dois terminais, um píer de 700 m e uma ponte de acesso ao mar com 4 km de extensão (LIMA, 2008).


Fuligem expelida pela siderúrgica em Santa Cruz

Foto: Cúpula dos povos na Rio+20/Flickr

O projeto, cujas obras tiveram início em 2006, teve financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e é parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal. A área do complexo foi doada pelo governo do estado do Rio. A TKCSA é a primeira de um plano de três siderúrgicas a serem instaladas na mesma região (LIMA, 2008).

Desde o início da construção da siderúrgica, uma série de relatos de irregularidades chamou a atenção da imprensa e do Ministério Público (MP). Entre eles figuram as dragagens, a circulação de navios, a destruição do manguezal da baía de Sepetiba, os problemas trabalhistas referentes a 120

trabalhadores chineses mobilizados para construção da usina sem contrato de trabalho, além de operários subcontratados em condições degradantes de trabalho (FIOCRUZ, 2011).

Em duas ocasiões, agosto e dezembro de 2010, alguns moradores relataram o aumento da poluição atmosférica, com a aparição de um pó brilhoso prateado que estaria causando problemas de saúde. O material particulado foi chamado de "chuva de prata". A TKCSA declarou que a poluição ocorreu por causa de um defeito em um guindaste da aciaria (unidade que processa o ferro-gusa produzido pelos fornos). Assim, foi obrigada a utilizar o poço de emergência para escoar o produto, o que acabou provocando as emissões (OLIVEIRA, 2011).

Pelos episódios, a TKCSA, após ser delatada duas vezes à Justiça pelo MP-RJ, foi multada em R$ 1,2 milhão e R$ 2,4 milhões, respectivamente, tendo ainda que investir R$ 14 milhões em obras de saúde e infraestrutura na região (LEITÃO, 2011; FIOCRUZ, 2011).

O MP-RJ baseou-se no relatório elaborado por pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) intitulado 'Avaliação dos impactos socioambientais e de saúde em Santa Cruz decorrentes da instalação e da operação da empresa TKCSA'. Pelo documento, o pó emitido em Santa Cruz contém substâncias tóxicas (ferro, cálcio, manganês, silício, enxofre, alumínio, magnésio, estanho, titânio, zinco e cádmio, etc.). Segundo o requerimento do MP-RJ, a emissão de substâncias poluentes ultrapassa em três ou quatro vezes o estipulado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) (LIMA, 2011; FIOCRUZ, 2011).

Em nota, a assessoria de imprensa da TKCSA informou que "a empresa adotou uma série de medidas corretivas que inclusive já apresentaram resultados positivos". Segundo a companhia, "a qualidade do ar é (...) monitorada, em tempo real, por três estações automáticas de monitoramento de qualidade do ar ambiente, no entorno da TKCSA". Também negou que tal emissão tenha provocado danos à saúde das comunidades vizinhas: "O material particulado é formado em 70% por grafite (igual ponta de lápis) e em 30% por ferro. Ambos são inertes e não inaláveis segundo padrões internacionais da OMS. (...) o ar da região encontra-se sempre dentro das faixas de qualidade "boa" e "regular", sendo que ambas traduzem concentrações de poluentes no ar ambiente toleráveis." (O GLOBO, 2011; LIMA, 2011).

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) propôs o fechamento provisório da usina, em junho de 2011, até que todas as informações sobre os impactos causados à população do entorno, baseadas em laudos técnicos, fossem apresentadas de forma clara à sociedade (LEITÃO, 2011).

Em resposta à proposta de fechamento provisório da siderúrgica, a companhia negou, em nota, que suas operações sejam responsáveis pelo assoreamento e contaminação da baía de Sepetiba. No comunicado, a ThyssenKrupp CSA nega as acusações apresentadas em audiência pública na ALERJ e "esclarece que as operações da empresa não são responsáveis pelo declínio das atividades de pesca na região, como já comprovado em estudos e análises dos órgãos competentes". Informa ainda "que se encontra aberta para prestar quaisquer tipos de esclarecimentos necessários, caso seja interpelada por entidades governamentais" (CORRÊA, 2011).



Protesto durante a Rio+20: resíduos emitidos pela siderúrgica em Santa Cruz

Em agosto de 2011, a empresa assinou um acordo com a Secretaria Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (SEA/RJ) e com associações de pescadores da baía de Sepetiba para financiamento de vários projetos na área pesqueira. A compensação financeira aos pescadores foi acertada durante o processo de licenciamento ambiental da usina. Assim, ficou acertado o montante de R$ 4,6 milhões a serem gastos em projetos como transporte de peixes, beneficiamento do pescado e educação para os filhos dos pescadores da região (ABDALA, 2011).

Em outubro de 2011, a TKCSA ajuizou ações contra dois pesquisadores da Fiocruz e uma pesquisadora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Eles foram acusados por danos morais devido às declarações e laudos técnicos emitidos relatando prejuízos ambientais e riscos à saúde da população provocados pela atividade da empresa em Santa Cruz (XINGU VIVO, 2012). A siderúrgica alegou que as ações foram motivadas por "declarações públicas contendo acusações graves e infundadas". Indagada sobre a possível relação entre a divulgação do relatório da Fiocruz com a decisão de processar os pesquisadores, a TKCSA informou que houve "coincidência" e que estava "questionando pessoas físicas" e não a instituição (BIANCHI, 2011; WERNECK, 2011; CSP, 2012). Em janeiro de 2012, durante um encontro realizado na Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Rio de Janeiro (OAB/RJ), a empresa assinou uma petição de desistência formalizando, assim, a extinção dos processos judiciais contra os pesquisadores (XINGU VIVO, 2012).

A ThyssenKrupp anunciou, no começo de dezembro de 2011, uma depreciação de R$ 5 bilhões decorrentes do empreendimento. Em janeiro de 2012, a revista alemã Manager divulgou que a empresa alemã estava considerando

vender a CSA (FLOR; RESENDE, 2012), e, em maio de 2012, a ThyssenKrupp comunicou oficialmente a intenção de vender sua fatia da CSA. A negociação está sendo feita paralelamente à venda da laminadora de Calvert, seu ativo de aço no Alabama (Estados Unidos) (RIBEIRO, MOREIRA; DURÃO, 2012).

O futuro comprador da CSA terá de passar pela aprovação da Vale. A mineradora tem, conforme cláusulas no acordo de acionistas, até 90 dias para dar seu parecer sobre o novo controlador da siderúrgica (RIBEIRO; MOREIRA; DURÃO, 2012). Além disso, a venda só poderá ser efetivada com a anuência do BNDES, principal credor da empresa (GANDRA, 2012).

O processo de auditorias, iniciado em novembro de 2012, já se encerrou. Da 'due diligence' [análise sistemática de documentos e informações de uma empresa para mensurar riscos efetivos e potenciais de negócios] participaram inicialmente seis interessados: CSN, ArcelorMittal, Nucor, Ternium, Nippon Steel e US Steel (DURÃO, 2013).

Uma campanha de mobilização, a 'Pare a TKCSA!', integrada por organizações da sociedade civil, movimentos sociais, movimentos populares, nacionais e internacionais, bem como moradores e pescadores da baía de Sepetiba, reivindica não só o fim do processo de venda da empresa, como também a revogação completa da licença de instalação, a desapropriação da planta pelo Estado, e sua transformação em um centro ecotecnológico que beneficie a população local e gere desenvolvimento (PACS, 2012). Em setembro de 2012, a campanha enviou, aos possíveis interessados na compra da planta siderúrgica, um relatório de irregularidades causadas pela empresa desde a sua instalação (GANDRA, 2012).

Até março de 2013, o grupo alemão só havia recebido duas ofertas de compra por seus ativos de aço nas Américas: uma da Ternium, empresa do grupo Techint, pela CSA, e outra do consórcio ArcelorMittal / NipponSteel & Sumitomo, pela laminadora do Alabama. A CSN, que se mostrou interessada pelos dois ativos, não entregou proposta (DURÃO, 2013).

Existe uma expectativa de que haja prorrogação do prazo para o grupo alemão fechar o negócio até o fim do primeiro semestre de 2013. O adiamento daria tempo para uma retomada das conversas com a CSN, cuja oferta pelos dois ativos estaria dependente de acerto com o BNDES, na forma de empréstimo ou de sociedade no negócio (DURÃO, 2013).

Enquanto não avança o processo de venda, a siderúrgica depende de autorização ambiental para operar a plena capacidade, já que, hoje, com uma licença de operação provisória, ela trabalha apenas com 75% de sua capacidade. A licença definitiva só deverá ser concedida caso ela cumpra 100% de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com 130 itens (60% das medidas determinadas já foram cumpridas) assinado em 2012 com o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) (DURÃO, 2013).



Chuva de prata' traz prejuízos à sociedade e ao meio ambiente

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

A empresa localiza-se próxima a latitude 22°32' 09"S e longitude 43°26' 09"W, na região costeira do Atlântico Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA, Vitor. Siderúrgica do Atlântico aplicará R$ 4,6 milhões em projetos do setor pesqueiro no Rio. Agência Brasil, 21 ago. 2011. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-08-21/siderurgica-do-atlantico-aplicara-r-46-milhoes-em-projetos-do-setor-pesqueiro-no-rio. Acesso em: 13 mar. 2012.

BIANCHI, Paula. Siderúrgica processa pesquisadores que avaliam impacto ambiental no Rio. Folha de S. Paulo, São Paulo, 1 nov. 2011. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/999903-siderurgica-processa-pesquisadores-que-avaliam-impacto-ambiental-no-rio.shtml. Acesso em: 13 mar. 2012.

CORRÊA, Douglas. CSA nega que seja responsável pelo declínio da atividade pesqueira na Baía de Sepetiba. Agência Brasil, 14 jun. 2011. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-06-14/csa-nega-que-seja-responsavel-pelo-declinio-da-atividade-pesqueira-na-baia-de-sepetiba. Acesso em: 13 mar. 2012.

CSP - CENTRAL SINDICAL E POPULAR. Moção de repúdio à TKCSA e de apoio aos servidores processados pela empresa. 3 jan. 2012. Disponível em: http://cspconlutas.org.br/2012/01/mocao-de-repudio-a-tkcsa-e-de-solidariedade-aos-servidores-processados-pela-empresa/. Acesso em: 13 mar. 2012.

DURÃO, Vera Saavedra. ThyssenKrupp só recebe uma oferta por CSA. Valor Econômico, 15 mar. 2013. Disponível em: http://www.valor.com.br/empresas/3046282/thyssenkrupp-so-recebe-uma-oferta-por-csa. Acesso em: 15 mar. 2013.

FIOCRUZ - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Avaliação dos impactos socioambientais e de saúde em Santa Cruz decorrentes da instalação e operação da empresa TKCSA. FIOCRUZ: Rio de Janeiro, 22 set. 2011. Disponível em: http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/Relatorio_TKCSA.pdf. Acesso em: 7 mar. 2012.

FLOR, Katarine; RESENDE, Gilka. A alemã ThyssenKrupp considera vender siderúrgica no Brasil. Agência Radiofônica Pulsar, 20 jan. 2012. Disponível em: http://www.brasil.agenciapulsar.org/nota.php?id=8494. Acesso em: 12 mar. 2012.

GANDRA, Alana. Organizações da sociedade civil pedem fechamento de siderúrgica no Rio. Agência Brasil, 28 set. 2012. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-09-28/organizacoes-da-sociedade-civil-pedem-fechamento-de-siderurgica-no-rio. Acesso em: 15 mar. 2013.

KATO, Karina; QUINTELA, Sandra. Companhia Siderúrgica do Atlântico – TKCSA: Impactos e irregularidades na Zona Oeste do Rio de Janeiro. PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul: Rio de Janeiro. nov, 2009. Disponível em: http://www.pacs.org.br/uploaded_files/20091126224843_printed_outras_UEFDU19Fc3R1ZG9fZGVfQ2Fzb19US0NTQS0yMDA5LnBkZg==.pdf. Acesso em: 07 mar. 2012.

LEITÃO, Thais. Comissão especial da Alerj vai propor fechamento provisório da siderúrgica CSA de Santa Cruz. Agência Brasil, 14 jun. 2011. Disponível em:

http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-06-14/comissao-especial-da-alerj-vai-propor-fechamento-provisorio-da-siderurgica-csa-de-santa-cruz. Acesso em: 13 mar. 2012.

LIMA, Gislene. Complexo siderúrgico da ThyssenKrupp causa danos sociais e ambientais no Rio. Kooperation Brasilien (KoBra). 5 nov. 2008. Disponível em: http://kooperation-brasilien.org/index.php?Itemid=56&id=363&option=com_content&task=view. Acesso em: 07 mar. 2012.

LIMA, Kelly. CSA é novamente denunciada no RJ por crime ambiental. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 8 jun. 2011. Disponível em: http://economia.estadao.com.br/noticia_imp.php?req=negocios%20geral,csa-e-novamente-denunciada-no-rj-por-crime-ambiental,70717,0.htm. Acesso em: 07 mar. 2012.

O GLOBO. ThyssenKrupp CSA envia nota sobre a denúncia por crimes ambientais. O Globo, Rio de Janeiro, 8 jun. 2011. Disponível em: http://oglobo.globo.com/rio/thyssenkrupp-csa-envia-nota-sobre-denuncia-por-crimes-ambientais-2877701#ixzz2NXjCySik. Acesso em: 13 mar. 2013.

OLIVEIRA, Nielmar. Companhia Siderúrgica do Atlântico poderá ter multa pesada por poluição no Rio. Agência Brasil, Rio de Janeiro, 05 jan. 2011. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-01-05/companhia-siderurgica-do-atlantico-podera-ter-multa-pesada-por-poluicao-no-rio. Acesso em: 15 mar. 2013.

PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul. Nota da Campanha “Pare a TKCSA!” contra a venda da siderúrgica. 26 set. 2012. Disponível em: http://www.pacs.org.br/files/2012/12/Nota-publica-Final-MUDADA-0510-1.pdf. Acesso em: 15 mar. 2013.

RIBEIRO, Ivo; MOREIRA, Talita; DURÃO, Vera Saavedra. ThyssenKrupp tenta fechar venda da CSA. Valor Econômico, 7 dez. 2012. Disponível em: http://www.valor.com.br/empresas/2931746/thyssenkrupp-tenta-fechar-venda-da-csa#ixzz2NdNEkmVl. Acesso em: 15 mar. 2013.

VIÉGAS, Rodrigo Nuñez. Desigualdade Ambiental e “Zonas de Sacrifício”, 2006. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ea000392.pdf. Acesso em: 10 dez. 2011.

WERNECK, Felipe. Siderúrgica processa cientistas no RJ. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 1 nov. 2011. Disponível em: http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,siderurgica-processa-cientistas-no-rj-,793092,0.htm. Acesso em: 13 mar. 2012.

XINGU VIVO. Após intervenção da OAB, ThyssenKrupp retira ação contra cientistas. 17 jan. 2012. Disponível em: http://xinguvivo.org.br/votevale/?p=210. Acesso em: 15 mar. 2013.